

Coordenadores:

Manoel Cavalcante de Lima Neto

Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor

Phillippe Melo Alcântara Falcão

**II Encontro de pesquisas
judiciárias da Escola Superior
da Magistratura do Estado de
Alagoas – ENPEJUD:
Decisão judicial: processo
decisório e precedentes**

Maceió
FUNDESMAL
2017

Rua Cônego Machado 1061, Farol, Maceió -Alagoas – Brasil
CEP 57021-160

Tel. (082) 2126 – 5363/5399
Home Page: www.esmal.tjal.jus.br

Catalogação na fonte
Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131
Bibliotecária

Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (2. : 2017 : Maceió, AL).

II Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD: Decisão judicial: processo decisório e precedentes: anais [recurso eletrônico]. Manoel Cavalcante de Lima Neto et. al. (Coords.). Maceió, AL: Escola Superior da Magistratura de Alagoas, FUNDESMAL, 2017.

ISBN: 978-85-93134-01-2

Tema: Poder Judiciário: Estrutura, desafios e concretização de direitos.

1. Direito – Pesquisa. 2. Direito – Encontros. I. Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (2. : 2017 : Maceió, AL)

Revisão, normalização, editoração e diagramação:

Guto Cruz Nascimento – Estagiário
Luciana Araújo Silva – Estagiária
Mirian Ferreira Alves

Capa:
Itawi Albuquerque



DIRETOR-GERAL

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

COORDENADOR GERAL DE CURSOS

Juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima

COORDENADORA DE CURSOS PARA SERVIDORES

Juíza Luciana Josué Raposo Lima Dias

COORDENADORA DE CURSOS PARA MAGISTRADOS

Juíza Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Juiz Anderson Santos dos Passos

COORDENADOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA

Juiz Phillippe Melo Alcântara Falcão

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Karoline Mafra Sarmento Beserra

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rafael Ribeiro de Albuquerque

COORDENADORES DO I ENPEJUD

Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor

Manoel Cavalcante de Lima Neto

Phillippe Melo Alcântara Falcão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Phillippe Melo Alcântara Falcão..... 13-14

GRUPO 1: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

COMENTÁRIOS À JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E AO PAPEL CONTRAMAJORITÁRIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DO IGUALITARISMO LIBERAL DE RONALD DWORKIN

Bruno de Lima Acioli

Vagner Paes Cavalcanti Filho 15-29

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES HAITIANOS E SENECALESES NO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE AS ORIGENS DESTE PROBLEMA E A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Daniel Allan Miranda Borba

Janaina Helena de Freitas 30-45

A PROTEÇÃO À CONFIANÇA DO CANDIDATO APROVADO NO CADASTRO DE RESERVA EM CONCURSO PÚBLICO, E A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS-TJ/AL FRENTE AOS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Danilo Moura Lacerda	46-61
TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO FRENTE ÀS MUDANÇAS JURÍDICAS	
Evelyn Louise Maria Barros Mendes	
Paula Iasmim Santos Pontes	62-73
FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA MOTIVAÇÃO FÁTICA NA CONSTRUÇÃO DE PROVIMENTOS JUDICIAIS	
Gustavo Maia Nobre	
Lucas Teles Bentes	74-84
AS REMOÇÕES ARBITRÁRIAS NA PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO RIO DE JANEIRO, EM DESRESPEITO AO INTERESSE PÚBLICO, E A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Jéssica Antunes Figueiredo	85-97
SUPERANDO AS CRÍTICAS: O ATIVISMO JUDICIAL, O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A FALÁCIA DA ILEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO	
Karinny Guedes de Melo Vieira	98-112
OS ATOS ADMINISTRATIVOS E O CONTROLE JURISDICIONAL: TEORIAS DE AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOBRE A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	

Larissa Orestes Publiese de Moraes 113-122

**JURISDIÇÃO, ATIVISMO E PRAGMATISMO JURÍDICO:
PARA ALÉM DO SELF RESTRAINT**

Márcio Roberto Torres

José Tenório Nunes Filho 123-134

**A BANALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE
HUMANA**

Rodrigo Santos de Souza

Vitor Henrique Melo de Albuquerque 135-146

**GRUPO 2: DIREITO FINANCEIRO, DIREITO TRIBUTÁRIO
E PROCESSO TRIBUTÁRIO**

**ISENÇÃO DE IPVA E ICMS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
ALAGOAS**

Ana Karolina dos Santos Lima

Carolina Barros de Castro e Souza 147-160

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO DAS
PLATAFORMAS DE STREAMING À LUZ DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 157/2016**

Ana Clara Madeiro Campos Cabral

Andrey Bruno Cavalcante Vieira 161-176

**SEGURANÇA JURÍDICA E MODULAÇÃO DE EFEITOS EM
MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Daniel Gazzaneo Tourinho 177-191

**O PANORAMA DE GUERRA FISCAL E AS DECLARAÇÕES
DE INCONSTITUCIONALIDADE NA CONCESSÃO DE
INCENTIVOS REFERENTES AO ICMS: UMA ANÁLISE
ACERCA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS DECISÕES
JUDICIAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Gabriela Buarque Pereira Silva

Sâmara Suruagy do Amaral Barros Pacheco 192-209

**SÚMULA VINCULANTE E AS FONTES FORMAIS DO
DIREITO TRIBUTÁRIO**

Jorge Henrique Lima Mendes

Mathaus Cleodon Franca Barros 210-225

**POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO DO ICMS NA TRANSMISSÃO
RADIODIFUSÃO DA TV ABERTA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Flávia Maria Batista Honorato

José Amilton do Amorim Junior 226-237

**RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E MODULAÇÃO
DOS EFEITOS DA DECISÃO NO CASO DA CONTRIBUIÇÃO
SOCIAL DO LUCRO LÍQUIDO: RE 949.297**

Karen Daniele de Araújo Pimentel

Sylvia Gomes Nogueira 238-252

**BENEFÍCIOS FISCAIS E A MAÇONARIA: UMA ANÁLISE
JURISPRUDENCIAL**

Letícia Mastrianni Lima Gonçalves de Melo

Nathália Maria Wanderley Cavalcante 253-265

**ANÁLISE DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE A BASE DE
CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA ADOTADA
PELO PROJETO DE LEI DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO
DE MACEIÓ E A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS
SUPERIORES**

Marina Lippo Lages

Pedro Henrique Murta Rocha Soares 266-278

**COSIP: A FUNÇÃO EXTRAFISCAL DO TRIBUTO E
CONSEQUENTE POSSIBILIDADE DE SUA COBRANÇA
ESCALONADA CONFORME PRECEDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

Mariana Rodrigues Gomes

Tagore Neves dos Anjos Brandão de Almeida 279-293

**TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: É
VÁLIDA SUA COBRANÇA ANTE A AUSÊNCIA DO EFETIVO
EXERCÍCIO FISCALIZATÓRIO ESTATAL?**

Luiz André Rodrigues de Lima

Rogério Duarte Bomfim 294-306

**CONTINGENCIAMENTO E DESVIO DE FINALIDADE DO
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL: O CONTROLE
JUDICIAL DO ORÇAMENTO NA ARGUIÇÃO DE
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N.º**

Priscilla Macêdo Santos

Samara Carina Albuquerque França 307-321

GRUPO 3: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O NOVO CPC: OS PRINCÍPIOS, O MAGISTRADO E A DECISÃO JUDICIAL

Alysson Thiago da Silva Rocha

Elenita Araújo e Silva Neta 322-332

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE DO SEU RECONHECIMENTO NO BRASIL

Ana Carla Oliveira da Silva

Jéssica Andrade Modesto 336-350

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO: IN 39/2016/TST E A VIOLAÇÃO À TEORIA DOS PRECEDENTES

André Luiz Ferreira Santos

Anne Helena Fischer Inojosa 351-362

A EFICÁCIA TEMPORAL DO PRECEDENTE NA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO STF: BREVE REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO COM O ARTIGO 525, § 15, DO CPC

Bruno Oliveira de Paula Batista

Laís Ramos Barboza 363-378

MEDIAÇÃO E DIREITO DE FAMÍLIA: A AUTOCOMPOSIÇÃO NO CONTEXTO DA GUARDA COMPARTILHADA

Camilla Cavalcante de Menezes Amorim Melo

Ítalo Felipe Bernardo de Oliveira 379-391

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A REDUÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS NA 26^a VARA DE FAMÍLIA DE MACEIÓ

Camylla Angelino Oliveira

Paulo Ricardo Silva Lima 392-401

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS COLETIVOS URBANOS REFERENTE AOS ASSÉDIOS SEXUAIS SOFRIDOS POR MULHERES BRASILEIRAS

Izabelle Alessandra Castro Brasil

Cecilio Argolo Junior 402-417

PRECEDENTES JUDICIAIS: A IMPORTÂNCIA DA COERÊNCIA NAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A SEGURANÇA JURÍDICA

Clarisse Grimaldi Fortes 418-431

A IMPLANTAÇÃO DE VARA AMBIENTAL EM ALAGOAS COMO GARANTIA DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE NO PROCESSO

Gabriela de Moraes Pantaleão Duda

Mariana Braga de Andrade Martins	432-445
O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO/COLABORAÇÃO PROCESSUAL E O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL À LUZ DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	
Laís Ramos Barboza	
Bruno Oliveira de Paula Batista	446-457
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA: PROTESTO COMO ALTERNATIVA AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	
Leonardo Máximo Barbosa	458-469
INTIMIDADE LÍQUIDA: A DIFICULDADE DA TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DAS REDES SOCIAIS	
Marcelo Herval Macêdo Ribeiro	
Laura Beatriz de Oliveira Wanderley	470-485
MEIOS DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS DO ESCRITÓRIO DO PROCON DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	
Sidiney de Melo Duarte Junior	486-495
<u>GRUPO 4: DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL</u>	

A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: CONTROVÉRSIA JURISPRUDENCIAL E O ENTENDIMENTO DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

Andrey Bruno Cavalcante 496-508

O ESTADO PENAL DE EXCEÇÃO PERMANENTE POR INTERMÉDIO DO DECISIONISMO JURÍDICO

Jéssica Ferreira Nunes 509-523

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DE GÊNERO NO ESTADO DE ALAGOAS

Amanda Gabriela Gomes de Lima

Elita Isabella Morais Dorvillé de Araújo 524-541

INTERPRETAÇÃO DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL E A SUA VALORAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA PENA-BASE

Igor de Queiroz Azevedo Sampaio

Nigel Stewart Neves Patriota Malta 542-557

A CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL DA TEORIA DO GARANTISMO PENAL E SUA APLICAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA

José Luiz Cavalcanti Pedrosa Júnior 558-567

**O FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL: A LIBERAÇÃO
DOS RECURSOS COMO GARANTIA À DIGNIDADE DA
PESSOA HUMANA**

Júlia Karolline Vieira Duarte

Júlio Gomes Duarte Neto 568-578

**DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA (PÚBLICA): TÃO
IMPORTANTE QUANTO DESRESPEITADO**

Marcial Duarte Coêlho 579-593

**MORTOS NOS CÁRCERES DE ALAGOAS ENTRE 2012 E
2015: A RELAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O
INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML NA MORTE DOS
DETENTOS**

Amanda Assis Ferreira

Roberto Barbosa de Moura 594-604

**PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: UM ESTUDO DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O SEU
RECONHEIMENTO E ADMISSIBILIDADE**

Ronald Pinheiro Rodrigues 605-616

GRUPO 5: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

**ALTERNATIVAS AO LITÍGIO: UM OLHAR SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO ESCRITÓRIO MODELO DE
ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**

Gárdia Rodrigues Silva

Ianá Priscilla de Oliveira Silva 617-631

**ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA: O
APRIMORAMENTO DA EXPERIÊNCIA
ACADÊMICO/PROFISSIONAL COMO MEIO PARA O
EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA**

Ianá Priscilla de Oliveira Silva

Gárdia Rodrigues Silva 632-643

**LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS: ESTILOS DE
INFLUÊNCIA E HABILIDADE POLÍTICA**

Maria Manuella Gomes da Silva 644-658

**MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA**

Janaina Helena de Freitas

Daniel Allan Miranda Borba 659-672